

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
-----**REUNIÃO DE 27 de FEVEREIRO DE 2004**-----
-----**ACTA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E QUATRO**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – José Alexandre Fonseca;-----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira(CDU); João Manuel Marques Lopes (PS); Abel José M. Bruno Henriques (BP); José Alexandre Fonseca (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); Ricardo José Henriques Daniel (PSD); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); Paulo Pereira Rodrigues (PSD) ; Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); António Fernando Lopes (PS); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, Jorge Manuel Costa Pereira, o Chefe da Divisão Técnica eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens, a Chefe de Divisão Financeira Regina Paula Aires e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no auditório municipal do Bombarral. -----
-----**ACTA N.º 10/2003:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 21 votos a favor e 5 abstenções aprovar a acta n.º 10/2003 da sessão de 22.12.2003.-----
-----**ACTA N.º 01/2004:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 22 votos a favor e 4 abstenções aprovar a acta n.º 01/2004 da sessão de 09.01.2004.-----
-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) na qualidade de Presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, leu o seguinte relatório: “A Comissão reuniu no passado dia 29 de Janeiro, tendo contado com a presença do Senhor Presidente da Câmara. No período de antes da ordem do dia foram aprovadas uma recomendação à Câmara no sentido de envidar todos os esforços para manter os postos de trabalho da Hospiarte no Bombarral e um voto de protesto pela não aprovação do projecto do Urbcom por parte da Secretaria de Estado do Comércio. Foi pedido, pelos representantes do Partido Socialista ao Sr. Presidente da Câmara informação escrita sobre: - sinalética de trânsito colocada em 2003 e respectivo

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

planeamento para 2004 decorrente do Conselho Municipal de Segurança; - abertura de estabelecimentos comerciais no dia de Natal e Ano Novo; - actual situação da fase de execução da Área de Comércio e Serviços (Polo II) - acompanhamento por parte dos serviços técnicos municipais da concretização efectiva dos projectos aprovados no município. Na sequência da carta recebida por esta comissão foi solicitado esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara quanto ao processo da antena repetidora no Carvalhal, tendo sido dito que não havia pedido de licenciamento para essa antena pelo que tinha sido mandado notificar a empresa em causa. Foram ainda abordadas as seguintes questões: 1. necessidade de repara alguns arruamentos na vila 2. alcatroamento de um beco no largo dos aviadores 3. colocação de saibro no parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte 4. colocação de placas de estacionamento proibido em locais de difícil circulação 5. pintura das passadeiras para peões 6. arranjo da passagem pedonal de ligação ao Novo Centro de Saúde 7. protocolo da Cabovisão quanto à cobertura de outras áreas no concelho. A ordem de trabalhos versou sobre o Plano de Urbanização da Vila e as obras de remodelação do edifício dos paços do concelho. Quanto ao 1.º ponto foi a comissão informada que foram pré-seleccionadas 5 firmas a saber: Oficina de Arquitectura, Lda; Diâmetro; Ventura da Cruz: Planeamento e Arquitectura Lda e FFCB - Arquitectos Associados. No 2.º ponto foi apresentado o projecto de remodelação do edifício. A próxima reunião foi acordada para 25 de Março tendo como ordem de trabalhos a revisão do PDM, mas como entretanto chegou a esta comissão a tomada de posição pública da Associação Real 21 sobre o impacto da construção do arquivo municipal na zona de protecção da Mata Municipal, este assunto passará a estar incluído na Ordem de trabalhos, sendo provável que esta reunião venha a ser antecipada.” -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) na qualidade Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento disse que esta comissão não reuniu, estando a próxima reunião marcada para 12 de Março, esperando que a Câmara responda às questões colocadas.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) na qualidade de Presidente da Comissão Municipal para a Comemoração do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, disse que esta comissão não reuniu por razões diversas. Vai procurar preparar um documento até 31.03.2004 sobre tudo o que de bom se viveu nesta comissão e procurando catapultar a ideia para o futuro.-----

-----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão ordinária. - -----

-----O Bombarral Primeiro apresentou a seguinte proposta: “A) que a mata municipal do Bombarral é a 'jóia da coroa' do nosso património natural, a "sala de visitas" da sede do Concelho e, para além do mais, o único espaço verde com alguma dimensão no perímetro urbano da vila do Bombarral, fazendo parte do imaginário de gerações e gerações de bombarralenses que dela usufruíram como espaço de brincadeira e convívio; B) que o seu valor inigualável levou o Governo de Portugal, há já mais de 60 anos, a classificá-la como de interesse público. C) os alertas que

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

pontualmente vêm sendo feitos por associações ambientalistas e de defesa do património e pela própria Assembleia Municipal e, em especial, o último comunicado da Associação Real 21, que a todos deve preocupar e que se anexa a esta proposta, e cujos fundamentos aqui se acolhem por remissão; O Grupo Municipal "O Bombarral Primeiro" propõe à Assembleia Municipal do Bombarral: 1. Que promova, por convite, a constituição de um Grupo de Trabalho informal, composto por um elemento em representação da Associação Real 21, um elemento em representação da Associação de Defesa do Património do Concelho do Bombarral, um elemento em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, um elemento em representação da Comissão da Assembleia Municipal de Urbanismo e Ordenamento do Território e um elemento em representação da Assembleia de Freguesia do Bombarral, que tenha por objectivo a produção de um ante-projecto de Plano de Salvaguarda e Preservação da Mata Municipal do Bombarral. 2. Que recomende à Câmara Municipal do Bombarral que ponha ao dispor do Grupo de Trabalho referido no ponto anterior, todos os meios técnicos e humanos, nomeadamente levantamentos e estudos sobre a mata municipal e facilidades, designadamente de instalações para reunirem, e que requirite à Administração Central, sob proposta do Grupo de Trabalho, todo o apoio técnico que se venha a revelar necessário para a prossecução dos citados fins.” -----

-----O senhor Presidente da Mesa disse que ao falar-se constituição de um grupo de trabalho isso passa por uma deliberação da Assembleia Municipal e o assunto não está em ordem do dia. A proposta só poderá produzir efeitos como recomendação. ----

-----O senhor Abel Henriques (BP) requereu o reconhecimento da necessidade de deliberação imediata desta matéria.-----

-----Em face deste requerimento a proposta será apreciada após a ordem do dia.

-----A CDU apresentou a seguinte proposta: “Considerando que: **1.** O aborto é um grave problema de saúde pública. Segundo dados oficiais, em 2002, cerca de 11 mil mulheres deram entrada nos hospitais públicos por aborto, das quais apenas 675 correspondem a abortos praticados ao abrigo da lei. Dados da Associação Internacional para o Planeamento da Família apontam para um estimativa de abortos clandestinos no nosso país na ordem dos 40 mil/ano, existindo, contudo, cálculos que apontam números superiores. Todos os anos se registam mortes de mulheres na sequência de aborto clandestino, como também sequelas graves para a saúde de outras mulheres. Também, todos os anos são investigadas e sujeitas a julgamento mulheres acusadas da prática de aborto. **2.** Estes dados revelam que Portugal continua a manter uma lei desajustada da realidade social, uma lei desumana, uma lei cruel para as mulheres, uma lei que representa um verdadeiro atentado à saúde pública. **3.** Contrariando recentes recomendações internacionais, nomeadamente das Nações Unidas e do Parlamento Europeu, que recomendam a não perseguição judicial das mulheres que recorram ao aborto, Portugal mantém, ao lado da Irlanda, uma das legislações mais restritivas da União Europeia, expondo-as ao aborto em condições que põem em causa a sua saúde, sujeitando-as a serem investigadas, julgadas e condenadas. **4.** A manutenção da criminalização da interrupção voluntária da gravidez não resolveu, nem resolverá, este grave drama social. Uma lei que despenalize o aborto não se impõe à

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

consciência individual de cada, nem obriga alguém a recorrer ao aborto. Nestes termos, a Assembleia Municipal do Bombarral, reunida no dia 27 de Fevereiro de 2004, delibera: **1.** Apelar à Assembleia da República para que tome as medidas legislativas necessárias à alteração da actual lei penal, permitindo a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 12 semanas, a pedido da mulher, para uma maternidade consciente e para protecção da saúde da mulher **2.** Enviar a presente moção às seguintes entidades: Presidente da República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Governo, Procurador-Geral da República, Conselho Superior da Magistratura de Justiça, Imprensa Nacional, Regional e Local.” -----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) considerou que a moção diz tudo e não vale a pena defender de novo os argumentos. O que está em causa é a actual lei e a situação em que milhares de mulheres se vêem. Está na altura de deixar de ser hipócrita e haver leis que defendam o direito das mulheres à saúde. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse ser importante não falarem apenas as mulheres, porque os homens também são companheiros desta situação. É uma situação difícil sobretudo com uma vincada premência conservadora dentro das sociedades e com alguma influência da filosofia judaico cristã. Há uns anos o aborto era proibido na Suécia e as suecas iam abortar à Polónia. Quando passou a ser proibido na Polónia, passaram a ser as polacas a ir abortar à Suécia. Há alguns anos as senhoras com posses iam passar férias a Londres ou à Suíça para resolverem as suas situações, que as mulheres com dificuldades económicas tinham de resolver nos vãos de escada. Esta proposta nem sequer pede que a Assembleia Municipal se pronuncie além das 12 semanas e todos devem votar em consciência. O Bombarral Primeiro tem liberdade de voto. -----

-----A pedido do líder da bancada do PSD, pelas 22.31 horas foi a sessão interrompida por 2 minutos. -----

-----Pelas 22.36 horas foi reatada a sessão não estando presente o senhor José António Gordinho (BP). -----

-----Colocada a proposta à votação, foi a mesma reprovada com 11 votos contra (9 do PSD e 2 do BP), 4 abstenções (2 do CDS/PP e 2 do BP) e 10 votos a favor (5 do PS, 2 do BP e 2 da CDU). -----

----- A CDU apresentou a seguinte proposta: “1. Considerando que a Assembleia da República aprovou recentemente uma nova lei das telecomunicações que: a) Reduz as obrigações dos operadores do chamado serviço universal de telecomunicações a um nível inferior ao previsto pela directiva comunitária que impõe a sua total liberalização e que a nova lei pretende transpor para o nosso direito interno; b) Numa óptica de gestão empresarial é de esperar que cada vez seja menos «razoável» garantir serviços de telecomunicações, nomeadamente serviços telefónicos básicos, a estratos carenciados da população e em zonas de grande dispersão; c) Mais ainda que, onde já hoje existem, não venha a ser «razoável» mantê-los e, portanto, admite a nova lei que, com um pré-aviso de 15 dias, as operadoras venham a cessar a prestação deste serviço essencial; d) Isenta de licenciamento municipal a construção das infra-estruturas, mantendo e acentuando o completo desordenamento do espaço aéreo e subterrâneo,

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

particularmente nos tecidos urbanos; e) Cria uma taxa adicional sobre o valor das comunicações telefónicas, a suportar directamente pelos cidadãos, pela utilização de espaços dos domínios público e privado dos municípios, taxa esta que, pela sua natureza, não tem qualquer nexos com a utilização efectiva daqueles bens. 2. Mais considerando que, ao criar esta taxa, a Assembleia da República se arrogou, inconstitucionalmente, o poder de gerir o património municipal, incluindo o do domínio privado. E que esta tendência vem no seguimento da autorização que deu ao Governo, no Orçamento de Estado para 2004, para regulamentar poderes municipais originários e para exercer tutela de mérito sobre a gestão municipal, nomeadamente quando o autorizou a decidir, caso a caso, sobre excepções aos limites de endividamento. 3. A Assembleia Municipal do Bombarral, reunida em 27 de Fevereiro de 2004, delibera: I. Reclamar dos órgãos de soberania o respeito pela autonomia do poder local, constitucionalmente consagrada, apelando para que cessem as tentativas e as medidas efectivas de ingerência e de tutela ilícita; 11. Exigir, em consequência, que seja abolida a TDM (taxa de direito de passagem) na forma por que vem criada na lei das telecomunicações e que: a) Assume a natureza de uma sobretaxa a suportar directa e integralmente pelo consumidor final e não a de um custo operacional em contrapartida da utilização privada e lucrativa do espaço público pelos operadores, b) Não tem qualquer relação com a extensão e a intensidade desta utilização e c) Levará a uma injusta e injustificada concentração de receita municipal para Lisboa e Porto em detrimento do *resto* do País, concentração esta que se estima na ordem dos 80%; III. Mais exigir que, em sua substituição e atendendo à relevância do interesse nacional em causa, a Assembleia da República fixe, se o entender, regras gerais (incluindo limiares máximos) a observar pelos municípios na gestão do seu domínio público para este efeito, mas, por outro lado, se abstenha de gerir o seu domínio privado; IV. Reclamar que as obras de construção de infra-estruturas sejam submetidas a licenciamento municipal, como única forma de garantir uma gestão equilibrada do espaço aéreo e do subsolo municipais; V. Manifestar grande preocupação pela forma minimalista como vêm reguladas as obrigações de serviço público universal e reclamar medidas para que a liberalização integral das telecomunicações se não venha a traduzir, de facto, em acréscimo de encargos para os cidadãos utilizadores do serviço e redução da oferta em extensão e qualidade. “ -----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) chamou a atenção para a questão da taxa municipal de direito de passagem e disse que lhes parece que existe um sujeito tributado errado. Em vez de serem as empresas a pagar vão ser os consumidores e em função da facturação. Outra questão em que põe reservas é que em pequenas zonas as pessoas possam ficar sem o serviço porque a tónica é colocada na questão do lucro.

-----Colocada a proposta à votação foi a mesma aprovada com 7 votos a favor (5 do PS e 2 da CDU) e 18 abstenções (9 do PSD, 7 do BP, 2 do CDS/PP).-----

-----Pelas 22.44 horas regressou à sessão o senhor José António Gordinho (BP).

-----A D. Susana Manco (PS) lamentou o recente chumbo da candidatura do URBECOM manifestando o espanto pela dualidade de critérios da Secretaria de Estado do Comércio que alegou que o chumbo se ficou a dever ao facto do Bombarral estar

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

integrado na região de Lisboa e Vale do Tejo, que é considerado uma zona rica. Referiu a resolução 11/2004 do Conselho de Ministros, segundo a qual o Bombarral faz parte do mapa das zonas menos favorecidas. No Oeste saíram das áreas deprimidas Caldas da Rainha, Nazaré, Peniche e Alenquer, e ficaram o Bombarral, Óbidos e o Cadaval, ou seja, foi a conclusão do estudo encomendado pelo actual Governo ao prof. Daniel Bessa. Os nossos governantes não sabem o que hão-de nos chamar: o Bombarral é rico para umas coisas mas para outras é uma zona empobrecida. Este Governo não tem critérios iguais e vai discriminando conselhos pobres e deprimidos. Lamentou que este projecto tenha sido reprovado porque era finalmente ver a luz ao fim do túnel com algumas obras essenciais ao nosso desenvolvimento e prometidas à décadas. É lamentável que isto aconteça quando foram feitas tantas promessas. -----

-----O senhor João Manuel Lopes (PS) questionou se existe planeamento das obras no edifício dos Paços do Município porque parece não haver condições de higiene e segurança no trabalho.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que tendo por fonte a acta n.º 7/2004 da Câmara Municipal, solicitou informação escrita sobre a 1.ª alteração às grandes opções do plano. Na mesma acta encontrou outra deliberação sobre documentos juridicamente prescritos. Questionou quais as razões que conduziram ao não pagamento e se a prescrição jurídica deixa esse executivo de consciência tranquila. Considerou não ter prescrito no dever moral do executivo de pagar o que deve. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) notou a ausência na presente reunião da senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos. Este facto lembrou-o do que leu numa acta da Câmara Municipal em que o senhor Presidente da Câmara assumiu que a mesma funcionária desde Outubro se encontra ao serviço da autarquia apenas às segundas, terças e quartas e nos restantes dias trabalha para um instituto público sediado em Rio Maior, mas estaria a receber na íntegra o vencimento pago pela Câmara Municipal. Pergunta se isto é verdade ou se é uma gralha da acta. Questionou como é que o município faz obras no edifício dos Paços do Município e não as planeia atempadamente, nomeadamente arranjando um local alternativo para os serviços. Foi alertado para o facto da semana passada ter caído uma viga do tecto que por pouco não teve consequências drásticas. Pergunta se o empreiteiro tem seguro de responsabilidade civil que cubra estas eventualidades. Quanto à lixeira na estrada do falcão, perguntou quando é que a Câmara tenciona fazer algo para acabar com a mesma, pois é uma vergonha o que se passa.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo lembrou que a muito custo algumas freguesias conseguiram a semaforização das localidades. A respectiva manutenção é da competência da Câmara e o que verifica é que a maioria dos semáforos estão com falta de manutenção e alguns até derrubados. Pensa que esta situação muito facilmente se consegue ultrapassar porque tem a informação que a Câmara tem lâmpadas para substituir as fundidas mas os electricistas que as deviam mudar estão na mudança de arquivos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que aquando da colocação a concurso das obras do edifício dos Paços do Município, havia uma certa programação da

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

execução, havendo alguns serviços que iriam funcionar no mesmo edifício. A 1.ª fase era a construção do arquivo exterior mas foi deixado para uma fase posterior. Daí que a 1.ª fase tenha passado a ser o rés-do-chão do edifício, mas os serviços da administração central só saíram em 15 de Dezembro e em Agosto. Tendo em conta as limitações orçamentais e o facto da transferência acarretar encargos avultados, não enjeita o desconforto causado e os problemas que têm surgido. Foi pedido ao director da obra para colocar placas de madeira para que não houvesse o perigo de alguma peça descair. O facto de não se ter providenciado o pedido levou a alguma perturbação na 1.ª semana, mas está já colocado um tecto de protecção. Não nega algum incómodo com a situação. Quanto à senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos está de atestado médico à cerca de um mês. Quanto à questão referida disse que o IDP enviou um pedido de requisição da referida funcionária a que não respondeu favoravelmente. Todavia após ter reunido com os responsáveis em Rio Maior e havendo a possibilidade de apoio a actividades do município, acedeu a ceder a colaboração durante alguns dias desde Novembro. Quanto ao itinerário para o kartódromo, duas vezes por meses é efectuada limpeza, mas no fim-de-semana seguinte são colocados novos detritos. Após a colocação de portão a Câmara Municipal franqueia a possibilidade das pessoas depositarem detritos mas durante o fim-de-semana as pessoas aproveitam-se e é impossível verificar os responsáveis. Quanto à informação solicitada pelo senhor Mário Morgado ser-lhe-á entregue, mas a alteração orçamental teve a ver com o reforço das verbas do empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos. Quanto à inserção em acta das deliberações sobre pagamentos não reclamados há mais de dez anos e os outros são o arrolamento de importância mínimas que dizem respeito a empresas que já faliram ou que não estão em exercício. Vai continuar a fazer diligências para alertar as pessoas. Constatou que alguns semáforos careciam de manutenção e fez diligências para a execução do respectivo serviço. Os electricistas têm sido usados na criação de condições devido à necessidade de transferência de instalações. -----

-----O senhor Chefe da Divisão Técnica leu a seguinte informação: "Conforme superiormente solicitado, apresento relatório sobre o planeamento/execução dos trabalhos da obra em referência: Conforme consta dos documentos do processo de concurso da obra em referência, nomeadamente no capítulo 3 – Avaliação e Prevenção de Riscos do Plano de Segurança e Saúde, consta o seguinte: - Dado que os trabalhos se desenvolverão com o funcionamento de todos os serviços municipais no edifício, o empreiteiro deverá sempre salvaguardar a segurança das pessoas que neste edifício trabalham e garantir as condições mínimas de trabalho. Será também da responsabilidade do empreiteiro, garantir a segurança das pessoas que se deslocam ao edifício para tratar de assuntos nos serviços camarários. A programação prevista para os trabalhos era a seguinte: **1ª. Fase:** - Construção da cave destinada a arquivo, recuperação e adaptação de todo o piso zero (r/chão). Concluída esta 1ª fase, previa-se a desocupação de todo o piso 2 (sótão), com transferência definitiva dos arquivos para a cave e transferência provisória dos serviços para o piso zero (r/chão). **2ª. Fase:** - Substituição da cobertura e adaptação de todo o piso 2 (Sótão). Concluída esta 2ª.

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

Fase, previa-se a desocupação de todo o piso 1 com a transferência provisória dos serviços para o piso 2 (sótão). **3ª. Fase:** - Adaptação de todo o piso 1 (1º. Andar). Concluída esta ultima fase, proceder-se-ia à reinstalação dos serviços, nos locais definitivos e apropriados. Somente nos locais de comunicação vertical (elevador e escada de emergência em caracol) seria necessário desocupar em simultâneo com as obras da 1ª. Fase, os serviços aí localizados (contabilidade, bar e gabinete de Informação Relações Públicas e Turismo). Porém e apesar da obra ter sido consignada em 26 de Maio de 2003 e tendo como prazo de execução, 1 ano a contar desta data, o empreiteiro foi tendo disponível em: - Agosto de 2003, devoluto o espaço ocupado pela Conservatória do registo Predial. - 16 de Dezembro de 2003, devoluto o espaço ocupado pelo Cartório Notarial. - 29 de Dezembro de 2003, acta da reunião de Câmara n.º. 60, foi ultrapassada a indefinição, quanto à construção ou não, da cave destinada a arquivo. - Início de Fevereiro de 2004, concluída a desocupação dos arquivos do sótão, por forma a permitir receber provisoriamente os serviços camarários localizados no piso zero (r/chão) - 16 de Fevereiro de 2004, concluída a transferência dos serviços camarários do r/chão para os espaços anteriormente ocupados pelos arquivos, no piso 2 (sótão). - 19 de Fevereiro de 2004, concluída a transferência dos serviços de contabilidade do piso 1, por forma a permitir os trabalhos da 1ª. Fase, comunicação vertical na zona do elevador. Falta ainda transferir o espaço do bar e gabinete de Informação Relações Públicas e Turismo, para permitir a execução da comunicação vertical, na zona da escada de emergência. É evidente, que o somatório de todas estas situações de atraso da responsabilidade do dono da obra, impossibilitaram o empreiteiro de desenvolver a programação e faseamento inicialmente previsto e confrontado com as despesas fixas de estaleiro, teve necessidade de optar pela criação de outras possíveis frentes de trabalho, com incidência nas fases seguintes, como é o caso da cobertura prevista apenas na fase 2. Estes trabalhos, na cobertura, vieram entretanto a revelar a necessidade de uma intervenção mais profunda, conforme relatado na nossa informação n.º. 23/DT/2004 presente à reunião de Câmara de 2004.02.11, com a qual o Executivo concordou, aprovando a realização de trabalhos a mais nesta empreitada. Estes trabalhos a mais, que se deveriam incluir na fase 2, aumentaram de forma inesperada a complexidade da obra, na relação funcional dos serviços e nas condições de Higiene Segurança e Saúde dos funcionários, sobretudo para os que se encontram no piso 2 (sótão) e apesar das providências adicionais introduzidas no sentido de melhorar as suas condições de segurança, aplicando estrados de madeira sobre os barrotes que suportam o forro do tecto do sótão, estão reduzidas as situações de risco, mas não eliminadas, porque nesta 2ª Fase previa-se o sótão vago.” -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) considerou que a forma como o senhor Presidente da Câmara respondeu há questão da estrada do Falcão revela falta de atitude e esperava uma actuação mais proactiva de um Presidente de Câmara. O local tem de ser fiscalizado ao fim de semana e levantados autos de contra ordenação. Assim está-se a criar a ocasião e a ocasião faz o ladrão. Quanto à senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos percebeu que o senhor Presidente da

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

Câmara dá por assente que a acta retrata fielmente o que se passou. Acha deveras surpreendente que isso aconteça desde há meses e se venha defender que há um protocolo em estudo. Ninguém pode responder desta forma. Esta situação é da maior ilegalidade. Então a Câmara Municipal aluga mão de obra? Isso não é permitido por lei. A Assembleia Municipal merece uma resposta de maior rigor. Quanto à obra do edifício dos Paços do Município ficou por responder a questão do seguro de responsabilidade civil. Também ficou a perceber que o empreiteiro se descartou de muitas coisas porque se fala em hesitações do dono da obra. Pergunta o que é mais caro: o pagamento temporário de uma renda ou a falta de condições existente e o risco para a integridade física e vida dos funcionários. -----

-----A D. Susana Manco (PS) considerou que o senhor Presidente da Câmara tem uma capacidade notável de conseguir minimizar as situações que lhe são colocadas. O senhor Presidente da Câmara sabe que na reunião da Comissão de Urbanismo o PS colocou a questão das obras e foi dito que perante as condições de trabalho dos funcionários, se houvesse necessidade o senhor Presidente que tomasse medidas e as apresentasse à Assembleia Municipal através de uma alteração para poder alugar um espaço. Estava no edifício dos Paços do Município quando caiu o barrote e o que viu espelhado nos funcionários foi pânico e a preocupação pelo material informático da autarquia. O senhor Presidente disse que havia espaço mas não tinha cabimento orçamental. O senhor Presidente faltou à verdade e não está a relatar as coisas como se passaram. Aquilo que viu não foi incómodo. Relativamente a declarações do senhor vereador António José Faustino ao jornal Área Oeste, o PS está em crer que o mesmo quer justificar a frase: "(...) tenta-se sempre levantar ilegalidades e ilegalidades é o que se usa mais neste momento no Bombarral". Quais ilegalidades, por quem, como e onde? Referiu que no site da DGOTDU os parques desportivos não fazem parte da categoria de desenvolvimento económico. -----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) recusa-se a aceitar a conotação de região pobre, ciganos, lixeiras e desrespeito pelo ambiente, e isto passa-se no Bombarral. Isto a propósito da zona de lixeira junto da estação de caminhos de ferro. Não é uma situação de fácil resolução, mas o epíteto aplica-se ao Bombarral e recusa-se a aceitar isso. As pessoas não respeitam ninguém e fazem trinta por uma linha com a agravante dos ciganos já ali estarem acampados. O problema já se arrasta há dois anos e é preciso encontrar uma solução. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que para além das condições em que os funcionários estão a trabalhar, a obra do edifício dos Paços do Município foi adjudicada com um determinado calendário e fases que posteriormente foram alteradas. Pergunta se esta situação foi aceite pelo empreiteiro. Se não foi tem dúvidas que se possa responsabilizar o empreiteiro. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse não se estar a alhear da sua responsabilidade. No caso da estrada do Falcão está previsto o levantamento de contra-ordenações e a aplicação de sanções. Entre o procurar obviar as situações e as limitações orçamentais é um pouco difícil mover-se nessa teia. Quando referiu o incómodo, é a sua própria preocupação por terem acontecido alguns casos mais

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

desagradáveis mas o diabo não está sempre atrás da porta. De todo em todo não foi possível arranjar algumas soluções. Não foi impreciso na informação que deu. Tendo em conta as restrições orçamentais e no respeito do estabelecido vai pedir a satisfação de algumas situações particulares. A questão levantada pelo senhor João Manuel Alves é fundada. Os elementos de raça cigana que estão junto ao Rio Real são pessoas que pertencem ao núcleo que está acantonado no Vale da Palha. Vai solicitar a ajuda da GNR para que as pessoas não fiquem em termos definitivos naquele local. Quanto à questão do senhor João Paulo Hermenegildo, disse que o empreiteiro não foi notificado mas tacitamente aceitou as mudanças no calendário. -----

-----INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO: O senhor Presidente da Câmara disse que a informação financeira distribuída se reporta a 31.12.2003 porque com a conferência dos respectivos elementos não houve oportunidade para elaborar informação mais próxima. Quanto às dívidas a entidades credoras, algumas importâncias referidas são de apresentação recente e não foi possível satisfazê-las junto ao fim do ano. Quanto ao total de € 810.094,94 poderão pensar que era a importância global em 31.12.2003, mas de facto a 1.ª revisão previa pagamentos a diversas entidades cujas importâncias não foram satisfeitas. Em 26.02.2004 a dívida a fornecedores era de € 898.453,95 sendo que o próprio saldo orçamental era de € 195.959,65.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse começar a ser extremamente penoso poderem fazer uma análise rigorosa e capaz para darem um contributo em prol do desenvolvimento do Bombarral. Os documentos vão chegando aos pacotinhos. Houve um lapso de tempo de mês e meio desde a última sessão da Assembleia Municipal mas temos mês e meio não contabilizado. A análise feita pela CDU representa um lamento pelo Bombarral. Lamenta ter de dizer que todas as dúvidas apresentadas na sessão anterior se concretizaram. Lamentam pelo Bombarral verificar que sobre 2004 nem uma palavra, ao mesmo tempo que se deixa perceber que o 2003 não está encerrado. Fica confirmado que o senhor Presidente da Câmara continua a obstaculizar o funcionamento da Comissão do Orçamento porque tudo indica que o documento estava preparado a tempo da reunião prevista para 13.02.2004 porque a informação da senhora Chefe de Divisão é de 23.01.2004. É o que se lhe oferece dizer com lamento e desânimo. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que pessoalmente não teve ocasião de ver a análise económico financeira e os estatutos da Comunidade Urbana do Oeste porque lhe foram enviados pelo correio e terão chegado hoje. Considerou que os documentos têm de ser despachados atempadamente. Não se deve esquecer o passado que infelizmente é péssimo. Era desejável que se avançasse ano e meio porque nos andamos a arrastar. Estamos no último dia útil do segundo mês do ano. Estamos a 1/6 do calendário para execução do PPI. Não havendo qualquer informação certamente o senhor Presidente da Câmara saberá informar a taxa de execução das seguintes obras: aquisição de terrenos, reparação de escolas, centro tecnológico / escola profissional, aquisição de material de transporte, Praça da República, redes de

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

esgotos do Centeeiro, Estorninho e Gamelas, remodelação e ampliação da rede de abastecimento de água, reforço do abastecimento de água, telegestão, resíduos sólidos, biblioteca municipal, distribuição de energia eléctrica, reforço da iluminação pública, estrada Portela / Sanguinhal, mercado municipal, estrada Baraçais / Azambujeira, centro de estudos vinícolas, parque de campismo do Picoto, percursos pedestres. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que se vê mais uma vez a incapacidade da autarquia em racionalizar os seus custos. O aumento da despesa corrente em relação a 2002 é de um milhão de euros (+ 22%). Nos bens e serviços o aumento é de € 200.000 e na despesa com pessoal, manifesta a sua preocupação pelo aumento da mesma que em 2003 se cifrou em € 700.000. Também se verifica a incapacidade do executivo em executar os seus investimentos (58% em 2003). As transferências de capitais aumentam. Na cultura / desporto é de 54%, na habitação de 52%. Grandes objectivos e grandes projectos que a Câmara apregoou não andaram – 1% na revitalização da Praça da República, 0% no parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte, 22% na construção de pré-primárias. Com estas taxas de execução não se vai a lado nenhum. O montante da dívida desceu 46%, mas tem dúvidas como é que a dívida desce quando a despesa corrente aumenta e a receita não. O valor apresentado na informação da dívida não coincide com o do balancete. Quanto aos relatórios de trabalhos questionou o senhor Presidente da Câmara sobre reparações de passeios e colocação de vidros nas escolas. Lembrou que foi aprovado um protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia com um considerável aumento das verbas, e que incluía estas situações. Quando a Câmara manda executar trabalhos da competência das Juntas de Freguesia, corre-se o risco de umas juntas serem preteridas em relação a outras. Gostava que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse esta situação. Lembrou que na última reunião da Comissão de Urbanismo o senhor Presidente da Câmara falou em escoriações do asfalto. Alertou que desde essa reunião as escoriações já evoluíram para feridas e nalgumas ruas já são úlceras. Não há nenhuma entrada da vila que não tenha crateras. Já nem fala da iluminação pública à noite. É inadmissível que no século XXI o pavimento das ruas esteja como está. Ou a Câmara começa já a dar jipes e tractores à população ou não se vai a lugar nenhum. --

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo pediu desculpa por andar há já quase um ano a falar na rede de esgotos das Gamelas mas finalmente a informação diz que está completa com execução a 100% mas as pessoas ainda não conseguem fazer as ligações. Lamenta que os serviços não consigam dar uma informação mais detalhada, dando diversos exemplos. Questionou a referência a valetas de betão na estrada do Falcão e perguntou se existe um gabinete de qualidade na autarquia porque nunca ouviu falar do mesmo. Solicitou informação sobre a construção de fundações para a vedação do polidesportivo do Vale da Várzea. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que de facto a razão do afã do tratamento do encerramento das contas levou a que não houvesse oportunidade de fazer uma informação mais actualizada. O encerramento de contas está concretizado e segunda-feira entregará ao executivo o relatório da gerência para análise. Em relação à

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

questão do senhor Abel Henriques, disse que há obras que têm um prazo de execução para além de 2004. Ainda não houve nenhuma aquisição de terrenos mas está a procurar obter elementos para identificar os proprietários e num caso ou noutro já fez contactos preliminares. Estão alguns concursos a decorrer para arranjos nas escolas, tendo já sido entregue o arranjo da escola da Delgada. Está a decorrer concurso para aquisição de material de transporte com prioridade a transporte para crianças. A estrada Baraçais / Azambujeira e o saneamento do Casal da Cotovia estão para ser feitos os respectivos contratos. Neste momento não tem uma taxa de execução para informar pelo que trará a informação aquando da próxima reunião. Está em crer que algumas das percentagens referidas pela D. Susana Manco terão de ser corrigidas. Oportunamente deu a informação que a Praça da República e o parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte são obras que vão ser executadas através da medida 1.5. Estes elementos vão ser apreciados pela Câmara na próxima reunião. Se alguns trabalhos são executados nalgumas freguesias em áreas protocoladas têm-no sido em quase todas as freguesias. Quanto à iluminação pública tem pedido com insistência o seu reforço à EDP mas só após a assinatura do protocolo é que a EDP começou a dar celeridade aos pedidos. Tem reparado nalguns reparos do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vale Covo mas nunca deixou de atender os pedidos do mesmo. Tentará que os serviços discriminem os locais dos trabalhos executados. O gabinete de qualidade já existe há algum tempo e tem um funcionário aí colocado que também presta apoio a outras áreas. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça lamentou que os serviços tenham estado só um dia a colocar massa nos vidros da escola da Delgada porque as janelas precisavam de ser todas renovadas. Folga em ouvir que vai avançar a obra da escola da Delgada. Vê que no Pó foram colocados vidros na pré-primária e isso é trabalho da Junta de Freguesia. Quanto à obra que está a ser executada no Barrocalvo pergunta se é para ser feita em todas as povoações. Considerou que informação deve referir quais os locais dos trabalhos porque as estradas da Roliça não levaram nenhum tout venant.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que gostaria que em todas as freguesias fosse feito o trabalho que está a ser feito no Barrocalvo. É um trabalho que há mais de uma dúzia de anos andava para ser feito. Para além da vila, também gostava de saber em que localidades foi feito o calcetamento, porque na freguesia do Carvalhal não foi. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo diz que se está a levantar um problema: afinal as obras não foram feitas em nenhuma das freguesias do concelho do Bombarral. Reforça o pedido para o senhor Presidente da Câmara começar a discriminar onde se fazem os trabalhos. Pensa que os relatórios de trabalhos não estão a enganar todos.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) voltou a questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a 1.ª alteração às grandes opções do plano. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que, sem embargo da informação que será prestada, a alteração ao PPI era concernente ao reforço das obras

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

cobertas pelo empréstimo. Ao nível da intervenção feita no Barrocalvo é sua intenção resolver pontos tão preocupantes como aquele.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse que quanto aos arranjos de passeios e caminhos rurais, não quer crer que aquilo que está no relatório não corresponda à verdade. Lembrou que só a vila do Bombarral tem mais passeios do que todas as outras localidades juntas. Alguns estão por acabar à anos e os que estão arrançados, estão tão degradados que é incomportável a Junta de Freguesia assumir o seu arranjo. Se a Câmara Municipal tem a sensibilidade de ajudar a Junta de Freguesia nesta árdua tarefa dá os parabéns à autarquia e apela a que continue esse trabalho que tem sido muito diminuto. Em matéria de vidros a Junta de Freguesia do Bombarral tem assumido a responsabilidade dentro do protocolo. Não é a Junta de Freguesia do Bombarral que tem sido beneficiada. Poderá pender algo que representa um maior esforço da Câmara Municipal, mas isso é plausível.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse ser completamente alheia à colocação de um vidro na escola pré-primária do Pó, de que não tinha conhecimento. Questionou as professoras que lhe disseram que os funcionários da Câmara substituíram um vidro mas deixaram outro vidro partido. Há certos assuntos relativamente ao protocolo que devem ser clarificados quanto ao que é da competência das Juntas e o que é da competência da Câmara. Se a Câmara quer ajudar, então que ajude todos. Parece que ninguém é beneficiado, então é necessário clarificar onde são feitos os trabalhos.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse estar contenta e satisfeito com esta Assembleia, pela alta solidariedade que emana quer do documento apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, quer pelas intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia. Valeu a pena o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência. Os pedreiros trabalham para apoiar os calceteiros e os calceteiros trabalham para apoiar os pedreiros. Pelo menos calceteiros e pedreiros aprenderam o valor da solidariedade.----

-----**ADESÃO À COMUNIDADE URBANA DO OESTE:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Com a publicação da respectiva legislação, foi criado um instrumento jurídico decisivo para o início do processo de descentralização administrativa, possibilitando aos municípios o seu agrupamento em Áreas Metropolitanas (Grandes Áreas Metropolitanas ou Comunidades Urbanas), as quais poderão receber novas competências, transferidas quer da administração central, quer dos próprios municípios. Tendo em conta a exigência de um nexo de continuidade territorial entre os municípios que pretendem ligar-se entre si e a exigência para constituir uma COMURB de, pelo menos, três municípios e 150 mil habitantes; Considerando que quer ao nível da Associação de Municípios do Oeste, quer nos diversos órgãos autárquicos do nosso concelho, se tem vindo a gerar um consenso favorável à participação do concelho do Bombarral neste futuro organismo; Tendo em conta o objectivo de agregar os municípios para procurar descentralizar a execução e racionalizar a gestão, consolidando as realidades concelhias, desde já homogéneas, mas também pelo aproveitamento de alguma diversidade; Considerando o interesse dos municípios em consensualizar uma posição para a constituição de uma

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

Comunidade Urbana do Oeste forte e assente na unidade e coesão de todas as autarquias, a Câmara Municipal de Bombarral, propõe à Assembleia Municipal de Bombarral, a adesão à Comunidade Urbana do Oeste com os seguintes considerandos:

1. A Comunidade Urbana do Oeste deverá ser uma estrutura de gestão, com uma visão estratégica e não apenas administrativa e territorial. 2. Deve ser estabelecido o princípio de “Um Município, um voto”, não permitindo a divisão entre concelhos grandes e pequenos. 3. A distribuição interna do investimento público vindo do Quadro Comunitário de Apoio ou do Orçamento Geral do Estado deve ser feita numa perspectiva de discriminação positiva do desenvolvimento dos municípios, devendo ser adoptados por consenso indicadores e critérios económicos, sociais e humanos, com a devida antecedência. 4. A transferência de atribuições das Câmaras Municipais, que deverá ficar definida antes da constituição da Comunidade Urbana deve agilizar uma dinâmica de sucesso, rentabilizando ao máximo o trabalho já realizado pela Associação de Municípios do Oeste, devendo inicialmente constar o apoio e o acompanhamento na definição do Plano Regional de Ordenamento do Território, na elaboração do Plano Intermunicipal da Região Oeste e na elaboração de um plano de investimentos com vista ao QCA IV. 5. A adesão à gestão conjunta de projectos / serviços deve ser voluntária e obriga à permanência do município pelo período de tempo estabelecido no respectivo estudo económico e devidamente contratualizada, não devendo nenhuma autarquia contribuir com um valor superior do que aquele com que contribuiria se o fizesse por si só. 6. Deverá ser elaborado um estudo completo sobre esta matéria antes da constituição da Comunidade Urbana do Oeste. 7. De forma periódica deve ser prestada informação pela Comunidade Urbana do Oeste à Assembleia Municipal, de forma a garantir o respectivo acompanhamento e responsabilização política.” -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que através da proposta apresentada a Câmara Municipal decidiu aderir à Comunidade Urbana do Oeste. A deliberação de Câmara teve por base os elementos que estão na génese da criação das Comunidades Urbanas, atentas as transferências de competências das Câmaras Municipais que será feita após aprovação dos respectivos órgãos e tem por base a necessidade de uma nova organização e associativismo municipal. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deixou uma nota de satisfação pela forma como correu o colóquio organizado a semana passada, quer pelo nível das intervenções, quer pelo debate, referindo apenas a ausência de alguns deputados municipais.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) questionou como vai ser feita a aprovação dos estatutos, uma vez que não constam da ordem do dia.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que em bom rigor a adesão hoje votada devia ser votada em conjunto com os estatutos. O que aconteceu foi que diversas assembleias municipais votaram a adesão à CUO antes dos estatutos estarem aprovados e estão agora a aprovar os estatutos. Acontece que a Câmara Municipal de Bombarral ainda não aprovou os estatutos. Esta Assembleia Municipal não tem hoje condições formais para aprovar a adesão plena. Os estatutos terão de ser votados numa nova sessão da Assembleia Municipal. -----

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

-----O senhor Abel Henriques (BP) considerou que mais uma vez somos os últimos. Esta situação é uma inevitabilidade porque não temos opção. A discussão está prejudicada do ponto de vista qualitativo. Tudo isto é um pouco extemporâneo. Há um aspecto importante que tem a ver com a deliberação de Câmara a mandar o senhor Presidente da Câmara para na assembleia que aprovou o projecto de estatutos apresentar a candidatura do Bombarral a sede da CUO e isso não foi feito. Não podem deixar passar isto branco pelo que o Bombarral Primeiro propõe à Assembleia Municipal o seguinte voto de protesto: “Considerando que: A) o município do Bombarral, dotado das melhores acessibilidades rodo-ferroviárias da Região Oeste, ocupa no mapa da Região uma invejável posição estratégica, equidistante dos dois principais pólos de desenvolvimento - Caldas da Rainha e Torres Vedras e a meio caminho entre o litoral e o interior; B) apesar dessas condições, é um dos municípios que o Governo acaba de colocar no chamado "mapa do Portugal menos favorecido", onde os índices do poder de compra são inferiores a 75% da média nacional e que, por isso mesmo, virá a ser abrangido pelo Programa de Recuperação das Áreas e Sectores Deprimidos, permitindo-lhe beneficiar de medidas de discriminação positiva; C) os princípios e valores de solidariedade com os municípios mais desfavorecidos que estão subjacentes à criação das áreas metropolitanas, para um desenvolvimento sustentado harmonioso e convergente; C) a Câmara Municipal do Bombarral, por unanimidade de todos os seus membros, mandou o Presidente da Câmara Municipal do Bombarral para apresentar, na Assembleia da Associação de Municípios do Oeste, realizada no passado dia 11 de Fevereiro, a candidatura do Bombarral a sede da futura Comunidade Urbana do Oeste; D) esta candidatura, independentemente do seu sucesso ou não, teria sido um importante sinal de vitalidade e de afirmação do Concelho na região; E) o Presidente da Câmara Municipal do Bombarral, na referida Assembleia Geral da Associação de Municípios do Oeste, não apresentou essa candidatura, não cumprindo assim o mandato que lhe havia sido conferido; O Grupo Municipal "O Bombarral Primeiro" propõe à Assembleia Municipal do Bombarral que aprove um protesto por esta omissão do Presidente da Câmara Municipal do Bombarral, que resultou, para além do incumprimento de um mandato conferido pelo executivo camarário, numa clara manifestação da inépcia e incapacidade deste Presidente na condução dos superiores interesses do Concelho.” -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse terem chegado á conclusão de que nesta altura não resta outra solução. Verificou pelos diversos esclarecimentos que realmente há alguma preocupação relativamente à legislação que complementa esta situação e que não está totalmente clara e tem algumas ambiguidades, uma delas é a transferência de competências acompanhada de verbas. Espera que os Presidentes de Câmara que vão ter assento na comissão executiva tenham a coragem para apelar ao Governo para contemplar essas verbas. -----

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que muito lhe admira o que foi dito pelo Bombarral Primeiro porque em 20.06.2003, este Movimento votou contra uma proposta de que fosse o Bombarral a sede da CUO. Receia que a CUO não seja mais do que uma associação de municípios e que seja uma mudança para ficar tudo na mesma. ----

ACTA N.º 02/2004 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2004

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que a questão referida foi levantada numa sessão realizada no Cintrão e nessa altura o Bombarral Primeiro não votou contra. ----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que houve uma primeira proposta em Novembro de 2002 apresentada no Cintrão, que recomendou à Câmara que diligenciasse no sentido de se vir a constituir a Comunidade Urbana do Oeste. Depois da aprovação da lei, em Junho de 2003 numa sessão da Assembleia Municipal realizada no Pó, foi apresentada uma proposta de recomendação para a Câmara Municipal que incluía a questão da sede da CUO vir para o Bombarral e que foi rejeitada. - ----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que essa proposta nos termos em que foi apresentada abrangia outras questões. Uma recomendação que abordasse apenas a questão da localização da sede nunca foi colocada.-----

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse ter havido uma proposta do PS para que a Câmara Municipal diligenciasse no sentido de que a sede da CUO ficasse no Bombarral e essa proposta foi rejeitada. -----

-----Relativamente ao voto de protesto apresentado, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse que o entendimento da Mesa é que o mesmo não cabe neste ponto da ordem do dia, pois devia ter sido apresentado no período antes da ordem do dia. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) recorreu para o plenário da decisão da Mesa.

-----O senhor Presidente da Mesa chamou a atenção para o teor da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º e para o n.º 1 do artigo 10.º do Regimento. -----

-----Colocado o recurso à votação foi o mesmo rejeitado com 13 votos de reprovação (8 do PSD e 5 do PS), 2 abstenções (2 da CDU) e 11 votos de aprovação (8 do BP, 1 do PSD e 2 do CDS/PP).-----

-----Atingido o limite horário regimentalmente estabelecido, foi a reunião encerrada e marcada a sua continuação para o próximo dia 05 de Março. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.20 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: